

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – UFP  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PONTAL DO PARANÁ – CEAD  
PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL**

**A IMPORTÂNCIA DA CONSCIENTIZAÇÃO DOS PROFESSORES  
PARA A CONSTRUÇÃO DE UM SISTEMA EDUCACIONAL INCLUSIVO**

**PONTAL DO PARANÁ**

**2004**

MARCOS MELLO SILVA

**A IMPORTÂNCIA DA CONSCIENTIZAÇÃO DOS PROFESSORES  
PARA A CONSTRUÇÃO DE UM SISTEMA EDUCACIONAL INCLUSIVO**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção de grau de especialista no Curso de Educação Especial/Inclusão, oferecido pela Universidade Federal do Paraná – UFPR em convênio com a Secretaria Municipal de Educação de Pontal do Paraná - CEAD.

Orientadora Professora Cláudia Sibeles Cobalchini

PONTAL DO PARANÁ

2004

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO.....</b>   | <b>05</b> |
| <b>1.OBJETIVOS.....</b>  | <b>06</b> |
| <b>1.1 OBJETIVOS GERAIS.....</b>   | <b>06</b> |
| <b>1.2. OBJETIVOS ESPECIFICOS.....</b>   | <b>07</b> |
| <b>2. O QUE É UM ENSINO INCLUSIVO.....</b>   | <b>08</b> |
| <b>3. OS DESAFIOS ENFRENTADOS NO ENSINO INCLUSIVO.....</b>                         | <b>11</b> |
| <b>4.BASE LEGAL PARA A CONSTRUÇÃO DE UM SISTEMA<br/>EDUCACIONAL INCLUSIVO.....</b> | <b>17</b> |
| <b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>  | <b>20</b> |
| <b>CONCLUSÃO.....</b>  | <b>21</b> |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>   | <b>22</b> |

*A Deus - que incomparável e inconfundível em seu amor, compreendeu meus anseios e deu-me coragem para sempre atingir meus objetivos.*

*Aos meus familiares – que me deram apoio e coragem oferecendo palavras de conforto não faltando compreensão quando necessário.*

*Aos amigos – que juntos caminhamos em buscas dos mesmos ideais.*

*Aos professores – pelo respeito e humildade com o qual tem transmitido seus conhecimentos.*

## INTRODUÇÃO

Basta olhar à nossa volta: há mais pessoas com deficiência nas ruas e locais públicos se destacando a cada dia.

Isto indica que há um processo social em curso, denominado "Inclusão" pelos estudiosos: de um lado, a sociedade começa a perceber a existência de pessoas portadoras de deficiência e a se organizar, para acolhê-las, e de outro, as próprias pessoas com deficiência começam a se mostrar, a reivindicar seus espaços, a exercer seu papel de cidadãos.

Para que a inclusão realmente aconteça é preciso modificar séculos de história, de preconceitos muito arraigados, de ambos os lados e isso não acontece de um dia para o outro.

O grande desafio é estar atento para impedir que os direitos dos homens, assegurados nas leis de um país, de um estado, de um município e de uma escola, sejam desrespeitados na vida prática.

Assim sendo, esta monografia tem por objetivo favorecer uma reflexão crítica. Sobre um sistema educacional inclusivo, pois este assunto está causando um grande impacto no meio escolar e com isso surgindo muitas dúvidas, retardando a implementação de ações em favor da inclusão.

## **1. OBJETIVOS**

### **1.1 OBJETIVOS GERAIS**

Implantar como princípios fundamentais da escola inclusiva a visão educacional, proporcionando o acesso a prédios escolares e possibilitando aos professores a formação necessária para trabalhar com a pessoa portadora de necessidades especiais.

## 1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- 1) Flexibilização do uso do material pedagógico;
- 2) Adaptação de equipamentos;
- 3) Adaptação de estrutura curricular;
- 4) Capacitação adequada de recursos humanos;
- 5) Eliminação de barreiras de qualquer natureza;
- 6) Processos diferenciados de avaliação.

## 2. O QUE É UM ENSINO INCLUSIVO

Não se pode falar de inclusão, sem antes mencionar a triste realidade da exclusão em nosso país. Segundo Vicente Barreto (1992 p.55) a extrema desigualdade na distribuição da riqueza e no acesso aos demais benefícios sociais exclui da participação e do exercício da cidadania, uma enorme parcela da população. No Brasil não se consegue manter na escola todos os que nela ingressam, não se garante ensino de boa qualidade e sucesso à maioria dos alunos. Fracassam na escola os que não conseguem aprender devido às condições inadequadas de vida e também pelas condições inadequadas que caracteriza o atendimento escolar.

A escola abriu-se para os alunos mais pobres, mas continuou organizada para aquelas crianças e jovens que contam com recursos culturais, acompanhamento dos pais, tempo e espaço para estudar em casa. Sem conseguir lidar com as condições da nova clientela, a escola não conseguiu atender satisfatoriamente esses alunos, não levando em conta o saber que traziam e seu universo cultural, de modo a organizar e ampliar seus conhecimentos.

Atualmente, quando os meios de informação se sofisticam rapidamente, não é possível aceitar que tantos cidadãos sejam reprovados e excluídos da escola, sem o domínio do código escrito da própria língua e de instrumentos básicos para compreender seu tempo, sua história e sua cultura.

Segundo Stainback & Stainback (1999 p.21), o ensino inclusivo é a prática da inclusão de todos, independentemente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou cultural, em escolas, onde todas as necessidades dos alunos são satisfeitas.

Para Rosita Edier Carvalho, (2000 p.45) o ensino inclusivo refere-se a uma escola de qualidade para todos os excluídos, quaisquer que sejam as causas: raça, cor, religião, situação social, deficiências de quaisquer espécies. As escolas devem remover barreiras para a aprendizagem, sejam elas arquitetônicas, físicas ou atitudinais. As barreiras são inúmeras para a inclusão acontecer. Elas existem em qualquer lugar. Em alguns lugares as barreiras são obstáculos (Países emergentes) em

outros são desafios (Países de primeiro mundo). Mudanças em cada um de nós são necessárias, para desafiar as barreiras atitudinais para a educação inclusiva, levando em consideração o ser humano com suas potencialidades.

Ainda segundo Stainback & Stainback, (1999 p.41) existe uma grande resistência ao ensino inclusivo. O indicador mais revelador da resistência à inclusão está contido nas estatísticas referentes aos alunos com deficiência. A filosofia e as práticas segregadoras tiveram efeitos prejudiciais às pessoas com deficiência. A idéia que poderiam ser ajudadas em ambientes segregados fortaleceu os estigmas sociais e a rejeição, levando a exclusão dessas pessoas do sistema educacional. Para as escolas regulares, a rejeição das crianças com deficiência contribuiu para aumentar a rigidez e a homogeneização do ensino, contribuindo ainda para disseminar a incapacidade do sistema educacional de apreciar a diversidade social e cultural existente. O fim gradual das práticas educacionais excludentes proporciona a todos os alunos uma oportunidade igual de terem suas necessidades educacionais satisfeitas dentro da educação regular.

Baseando-se nas leituras, percebe-se que, na escola as diferenças individuais estão sempre presentes e a atenção à diversidade é o eixo norteador do paradigma da inclusão, isto é, uma educação de qualidade para todos, eliminando rótulos, preconceitos, mecanismos de expulsão de alunos, que por diversas razões, contrariam as expectativas do sistema educacional escolar e acabam discriminados e em situação de desvantagem. Os princípios de inclusão aplicam-se a todos e não apenas aos alunos com deficiência ou em situação de desvantagem social. No campo da atenção à deficiência, essas mudanças estão desafiando dirigentes e profissionais de entidades bem como pessoas deficientes e suas famílias a reexaminarem seus valores éticos, suas crenças e seus referenciais teóricos a fim de que a vida de todos os envolvidos possa ser de melhor qualidade.

Segundo a Declaração de Salamanca (Unesco, 1994 p.3) as escolas deverão ajustar-se às necessidades dos alunos quaisquer que sejam suas condições físicas, sociais e lingüísticas, incluindo aquelas que vivem nas ruas, as que trabalham, as nômades, as de minorias étnicas, religiosas, culturais e sociais, as migrantes, as

menores de seis anos, os alunos com distúrbios de aprendizagem, os portadores de deficiência, além das que se desenvolvem à margem da sociedade.

Nesse aspecto, faz-se necessário observar a recomendação feita no Item 7 da Declaração de Salamanca no que diz:

*Princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino uso de recurso e parceria com as comunidades. (Unesco, 1994 p. 5)*

Segundo Sasaki (1997 p. 73) o movimento em prol do ensino inclusivo representa um avanço em relação às práticas centradas na integração. Sem descaracterizar a importância da integração, o ensino inclusivo é mais abrangente, pois, enquanto as ações em prol da integração estariam dirigidas, apenas a alunos portadores de deficiência, o ensino inclusivo refere-se a todos os alunos. Todos, inclusive os que têm deficiência. Enquanto os procedimentos para a efetivação da integração estavam, predominantemente, centrados nos alunos com deficiência, o paradigma da inclusão busca ressignificar a educação escolar, garantindo o sucesso para a aprendizagem de todos. Enquanto na integração a passagem do aluno com deficiência para ambientes menos segregantes dependia do seu "progresso" no ensino inclusivo opõe-se a quaisquer práticas excludentes, pois o sistema educacional deve prever e prover todos os recursos necessários para a acolhida sem assistencialismo ou filantropia.

Conforme Rosa Blanco Guijarro em artigo apresentado no III Congresso Ibero-americano de Educação Especial realizado em Foz do Iguaçu, de 2 a 4/11/98 "A educação inclusiva não é uma ação da educação especial. É da escola comum. Implica transformar a educação comum no seu conjunto, e assim, deveremos transformar a educação especial para que contribua de maneira significativa ao desenvolvimento de escolas de qualidade para todos e entre todos".

Tendo em vista estas considerações, no próximo capítulo abordar-se-á os desafios que devemos enfrentar no sistema educacional inclusivo.

### **3. OS DESAFIOS ENFRENTADOS NO ENSINO INCLUSIVO**

As questões desafiadoras enfrentadas pelos alunos e pelos educadores nas escolas de hoje não permitem que ninguém se isole e se concentre em uma única necessidade ou em um grupo-álvo de alunos. Além disso, uma abordagem fragmentada da reforma educacional não satisfaz inteiramente as necessidades dos alunos.

"Todos os defensores da melhoria das escolas para melhor atender às diferentes necessidades dos alunos devem unir-se e reconhecer o princípio de que as boas escolas são boas escolas para todos os alunos e, então, agir com base nesse princípio." (Stainback & Stainback, 1999, p. 69)

Baseado nas leituras entende-se que educar eficientemente alunos com diferentes níveis de desempenho requer que os educadores usem várias abordagens de ensino para satisfazer às necessidades de seus alunos. Ser educador é buscar conhecer cada vez mais cada um de seus alunos, procurando alternativas pedagógicas que melhor possam atender às suas peculiaridades e necessidades no processo de mediação da construção do conhecimento. Os professores necessitam freqüentemente refletir sobre sua prática pedagógica, para determinar se estas são as melhores para promover a aprendizagem de todos os alunos. Cada aluno tem suas necessidades educacionais, por isso, a identificação dessas necessidades é fundamental para nortear o planejamento de ensino e sem isso não há como propiciar um atendimento de qualidade.

Segundo Stainback & Stainback (1999 p.70) os desafios que contribuem para sucesso de todos os alunos são:

1° - Desenvolver uma filosofia comum e um plano estratégico

O principal passo para a criação de uma escola inclusiva de qualidade é estabelecer uma filosofia da escola baseada nos princípios democráticos e igualitários da inclusão, da inserção e da provisão de uma educação de qualidade para todos os alunos. Definir uma missão é o primeiro passo de um processo de planejamento estratégico para que todos os alunos sejam apoiados como membros participantes do ensino regular. As discussões e planejamentos para atender à diversidade de alunos, devem incluir todas as pessoas interessadas no processo, pois durante muito tempo, os alunos com necessidades especiais e seus familiares foram excluídos dos processos de tomada de decisão. Nas escolas que incluem todos os alunos, os professores, os pais, os alunos, o pessoal de apoio, os administradores, os membros da comunidade, devem estar envolvidos nas equipes de tomada de decisão que determinam os procedimentos e as práticas da escola. Após ter sido definida a missão da escola e elaborado o plano estratégico para a inclusão dar-se-á, a implementação da reforma da escola.

#### 2° - Proporcionar uma liderança forte

Outro desafio é proporcionar uma liderança forte onde o diretor reconheça sua responsabilidade de definir os objetivos da escola e de garantir a tomada de decisão, apoiando as decisões que vem ao encontro com a filosofia da escola. Ele tem que oportunizar aos educadores uma formação continuada para surgirem novas práticas pedagógicas para contemplar a diversidade dos alunos. O diretor deve ser firme nas suas decisões quando surgirem os desafios deve criar um ambiente cordial entre todos os alunos, fazendo da escola um local acolhedor.

#### 3° - Promover culturas no âmbito da escola e da turma que acolham, apreciem e acomodem a diversidade.

As escolas devem atender às necessidades dos alunos em todas as áreas do seu desenvolvimento, devem ultrapassar o enfoque tradicional, centrado na aprendizagem acadêmica básica. O desenvolvimento de uma comunidade de ensino acolhedora necessita de uma cultura escolar e penetrante que comunique clara, pública e intencionalmente que sua filosofia se baseia em princípios de igualdade, justiça e

imparcialidade, para todos e que cada um desfruta de medidas iguais de respeito e dignidade.

As escolas devem tornar-se comunidades acolhedoras em que todos os alunos se sintam valorizados, seguros, conectados e apoiados.

#### 4° - Desenvolver redes de apoio

Devido à variedade das necessidades dos alunos, é importante desenvolver redes de apoio tanto para professores como para os alunos, pois um professor iniciante na inclusão necessita tanto ou mais apoio quanto os próprios alunos. A rede de apoio é um grupo de pessoas que se reúne para debater, resolver problemas e trocar idéias, métodos, técnicas e atividades para ajudar os professores e alunos para serem bem sucedidos no ensino e na aprendizagem. A rede de apoio deve ser uma parte natural e contínua da escola. Deve ser para todos, alunos, professores, gestores, família e comunidade. Pode ser natural, isto é pessoas ajudam-se, espontaneamente e pode ser profissional. Os componentes da rede de apoio não podem ser rígidos, pois as necessidades variam de pessoa para pessoa e com o tempo. As redes de apoio têm como objetivo construir escolas inclusivas, portanto deve-se ficar atento para que o indivíduo não se torne dependente do apoio. Deve haver todo um esforço em prol da autonomia.

#### 5° - Usar processos deliberativos para garantir a responsabilidade

Nas escolas inclusivas, precisa-se oportunizar momentos de reflexão, para garantir o planejamento e o monitoramento dos objetivos propostos para os alunos. Faz-se necessário, usar processos deliberativos para garantir a responsabilidade de todos os envolvidos no processo. Essas reuniões devem ser dedicadas para a criação de estratégias de verificação das necessidades de apoio do aluno. As equipes devem reunir-se regularmente para que o apoio ao aluno possa ser sistematicamente monitorado, pois se surgirem situações desafiadoras, a equipe está capacitada para fazer intervenções, evitando uma crise na busca de soluções.

#### 6° - Desenvolver uma assistência técnica organizada e contínua

Para a implementação de uma política de educação inclusiva em uma escola, faz-se necessário estabelecer um plano para oferecer assistência técnica para os professores e outros profissionais envolvidos no processo, pois quando os educadores são solicitados a desenvolver práticas educacionais diferentes das tradicionais, podem sentir-se carentes de formação, informação e apoio.

Devem ser realizadas regularmente avaliações das necessidades para identificar os tipos e o conteúdo das atividades de assistência técnica mais necessárias e urgentes. Num plano de assistência técnica, deve incluir funcionários especializados para atuarem como consultores e facilitadores, bem como uma biblioteca com materiais atualizados, recursos em vídeo e áudio que enfoquem práticas inovadoras de educação inclusiva.

Faz-se necessário oportunizar aos educadores momentos, para tratar de questões comuns e ajudarem uns aos outros no desenvolvimento criativo de novas estratégias. Oportunizar também, aos educadores novos em práticas inclusivas, visitarem outras escolas que estejam desenvolvendo práticas inclusivas. Além do envolvimento de todos os profissionais nessas atividades, a participação dos pais é essencial, pois para a promoção de uma visão compartilhada dos objetivos da escola e como atingi-los, todas essas pessoas precisam obter as mesmas informações.

#### 7° - Manter a flexibilidade

Nas discussões de como construir escolas de qualidade para todos, a flexibilidade tem grandes implicações. Os educadores devem mostrar flexibilidade para responder aos desafios de apoiar os alunos com dificuldade para aprender, além de uma forte crença no ensino inclusivo e no compromisso de fazê-lo acontecer.

Os autores Oakley e Kaig (1991) descreveram dois extremos do estilo de pensar: o pensamento reativo e o criativo. Os pensadores reativos são resistentes à mudança, (cegos diante dos pro5) lemas, limitados no passado. Os criativos estão abertos à mudança, criam sucessos e buscam oportunidades.

Os líderes escolares precisam cultivar ambientes em que os indivíduos sejam encorajados a ter um pensamento criativo, e não reativo.

É importante que os educadores assumam uma abordagem de resolução de problemas, voltando à etapa do planejamento quando os mesmos ocorrerem, determinando uma maneira diferente de proceder, em vez de recuar para o encaminhamento de alunos para classes de educação especial segregadas.

Essa situação é essencialmente crítica quando os alunos mostram um comportamento desafiador na sala de aula. Área essa em que os planejamentos são, em geral, menos flexíveis e menos capazes de resolver os problemas.

Outra dimensão importante da flexibilidade está relacionado com a capacidade dos professores ir além dos papéis tradicionais que seu título ou especialização profissional ditaram, para que desempenhassem suas funções.

Os educadores relatam, que quando trabalham em equipes dinâmicas, desenvolvem novas habilidades, ganham novas energias e tornam-se capacitados para renovar seu compromisso de proporcionar uma educação de qualidade para todos.

#### 8° - Examinar e adotar abordagens de ensino efetivas

Educar eficientemente alunos com diferentes níveis de desempenho requer que os educadores usem várias abordagens de ensino para satisfazer as necessidades de seus alunos, reavaliando suas práticas, e evitando o "tamanho único".

Mesmo os alunos que não constituem desafios especiais, têm várias "potencialidades". Necessidades e estilos de aprendizagem diferentes.

A existência de dois sistemas educacionais paralelos, um rotulado de "educação especial" e outro rotulado de "educação regular", reforçou o mito de que os alunos com deficiência aprendem de maneira tão diferente que requerem métodos de ensino distintos daqueles usados para os estudantes regulares. O que tem levado os professores a acreditar que eles não têm as habilidades ou a especialização para educar com êxito alunos com deficiência.

#### 9° - Comemorar os sucessos e aprender com os desafios

Os sistemas escolares devem comemorar os pequenos sucessos que atingem, confiar neles e, além disso, aprender com eles, pois as inovações devem ser incorporadas na prática da escola, caso contrário tende a fracassar.

A reforma da escola somente será bem sucedida se os pontos relevantes do sucesso forem adicionados a novos procedimentos onde culminarão para uma melhoria contínua.

Para realmente reformar, as inovações bem sucedidas devem fazer parte da cultura da escola, pois é comum uma reforma escolar implantada por uma determinada autoridade acabar quando essa pessoa não estiver mais envolvida no processo.

10° - Estar a par do processo de mudança, mas não permitir que ele o paralise.

As teorias de mudanças acreditam que elas devem ocorrer em pequenos avanços, pois a aceleração do processo pode fazer com que as pessoas não aceitem as novas práticas, prejudicando o esforço da reforma educacional. Porém os educadores que mudaram com êxito suas práticas educacionais para criar escolas inclusivas de qualidade relatam que as mudanças que ocorrem em processos seqüenciais em que os passos só serão avançados, quando todos estão na mesma fase de amadurecimento, não é uma visão eficiente, pois atrasa a aceitação e permite aos que não aceitam as mudanças mais tempo para organizarem-se.

Pesquisas têm mostrado que esperar que as pessoas mudem de atitudes antes que a mudança seja implementada, não dá resultados. A maneira mais eficiente de mudanças de atitudes é orientar as pessoas a mudarem seu comportamento, pois em seguida acontecerá uma mudança de atitude. Recomenda-se ainda, que a mudança seja implementada simultaneamente em base mais ampla, em vez de criação de modelos em pequena escala, pois esta estratégia minimiza a resistência e facilita o planejamento abrangente.

Os diretores e os conselhos escolares devem desempenhar um papel importante nas mudanças, pois a falta de apoio administrativo é uma das causas mais freqüentes de fracasso na implementação das mudanças.

Esperar que todos os profissionais da escola estejam preparados para a implementação da educação inclusiva, é ignorar a urgência da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, que não tem tempo a perder, pois garantir uma educação de qualidade para todos os alunos é questão de justiça social.

Concluimos que a inclusão deve ser um projeto da escola como um todo e não de professores isolados. Os projetos educativos ao nível de instituição devem levar em consideração à diversidade, como eixo central da tomada de decisão. Portanto, isso não é tarefa fácil, mas se queremos uma escola que não exclua ninguém, precisamos conjuntamente compartilhar estratégias que assegurem uma escola de boa qualidade para todos.

No próximo capítulo será apresentado à base legal para a construção de um ensino inclusivo.

#### **4. BASE LEGAL PARA A CONSTRUÇÃO DE UM SISTEMA EDUCACIONAL INCLUSIVO**

Os dispositivos legais servirão como sustento na construção de um sistema educacional inclusivo, pois se constituem em preceitos a serem respeitados e utilizados como ferramentas para embasar as ações que levem ao cumprimento das determinações contidas nos textos legais e nas recomendações internacionais.

**A Declaração Universal dos Direitos do Homem** aprovada pela III Assembléia Geral Ordinária da ONU, em 10 de dezembro de 1948 garante, em seu artigo 26, que todo homem tem direito a educação, ressaltando-se na sua gratuidade, pelo menos no Ensino Fundamental.

**Constituição de 1988**, em seu artigo 6º descreve a educação como um direito social de todo brasileiro e no artigo 206 - inciso I defende a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. O artigo 208 garante, no inciso I, o Ensino Fundamental, gratuitamente, a todos, independentemente da idade; o inciso III refere-se ao atendimento especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino e o inciso VII faz menção aos programas suplementares, o material didático, entre outras necessidades de apoio.

Além de nossa **Carta Magna**, outros documentos brasileiros também garantem a igualdade de direitos de todos aos bens e serviços historicamente acumulados e disponíveis na sociedade.

**Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990**, em seu artigo 5º garante todos os direitos constitucionais fundamentais da criança e do adolescente. O artigo 53, incisos I, II e III, lhes asseguram igualdade de condições, acesso e permanência na escola, pública e gratuita, próxima a sua residência, bem como o artigo 54 lhes confere o direito ao atendimento especializado.

**Declaração Mundial sobre Educação para Todos**, realizada em 1990, em Jomtiem, Tailândia, da qual o Brasil é um dos signatários. Neste sentido, compromissos éticos e políticos foram consolidados num esforço coletivo, para assegurar a democratização da educação, independentemente das diferenças particulares dos alunos.

**Declaração de Salamanca**, sobre Princípios, Política e Prática em Educação Especial, realizada entre 7 e 10 de junho de 1994, na Espanha. Nesta conferência foi reafirmado o compromisso com a Educação para todos, reconhecendo a necessidade e urgência do providenciamento de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino.

**Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96)** em cujo capítulo refere-se à Educação Especial como modalidade da Educação Escolar, que deverá ser ofertada, preferencialmente, na rede regular de ensino, particularmente aos alunos com necessidades especiais, havendo, quando necessário, serviços de apoio.

Entretanto, para sermos fiéis ao "espírito" da educação inclusiva, faz-se necessária uma leitura ampla e dinâmica de toda a LBN extrapolando-se os limites do capítulo V destinado à Educação Especial, realizando-se as interfaces necessárias com a totalidade dos dispositivos preconizados.

**Parecer CNE/CEB nº 17/2001**, aprovado em 03 de julho de 2001

Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

**Resolução CNE/CEB nº 2/2001**, de 11 de setembro de 2001. Institui

Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

A presente Resolução institui Diretrizes Nacionais para a educação de alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, na Educação Básica, em todas as suas etapas e modalidades.

O atendimento escolar desses alunos terá início na educação infantil, nas creches e pré-escolas, assegurando-lhes os serviços de educação especial sempre que se evidencie, mediante avaliação e integração com a família e a comunidade, a necessidade de atendimento educacional especializado.

Todos os movimentos de âmbito internacional, em prol da educação de qualidade para todos, ocorridos na última década, estão em consonância com a Declaração Mundial de Educação para Todos, da qual o Brasil é um dos signatários. Entretanto, sabemos que a legislação, por si só, não basta às garantias educacionais, previstas em lei e em recomendações nacionais e internacionais, que somente ocorrerão se governo, educadores, alunos, pais e comunidade em geral unirem esforços na luta pela consolidação do direito a uma escola de qualidade para TODOS.

Acredita-se que a educação inclusiva não se faça somente com atos legais, e sim com ações e relações realizadas na escola e na sociedade, para efetivar o compromisso de transformar nossa sociedade injusta e excludente, numa sociedade igualitária.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Novos paradigmas estão surgindo, apontando caminhos que podem construir uma nova sociedade com uma prática inclusiva. E a educação como mediadora do processo de transformação deve dar a sua contribuição pelo saber científico e cultural, sistematizados através da escola. É preciso levar em conta a diversidade existente na população escolar e na necessidade de respeitar e atender essa diversidade.

A escola que se espera para esse século tem compromisso não apenas com a produção e a difusão do saber culturalmente construído, mas com a formação do cidadão crítico, participativo e criativo para atender face às demandas cada vez mais complexas da sociedade moderna.

Torna-se necessário uma educação que desperte para uma visão de inclusão, que assuma a diversidade dos educandos, de modo a contemplar as suas necessidades e potencialidades, requerendo-se o aprimoramento permanente do contexto educacional. Nessa perspectiva é que a escola virá a cumprir o seu papel, viabilizando as finalidades da educação.

## CONCLUSÃO

*"Ai de nós, educadores, se deixamos de sonhar sonhos possíveis. Os profetas são aqueles ou aquelas que se molham de tal forma nas águas da sua cultura e da história, da cultura e história de seu povo, que conhecem o seu aqui e o seu agora e, por isso, podem prever o amanhã que eles mais do que adivinham, realizam". (Paulo Freire)*

Com a citação de Paulo Freire, concluímos nosso trabalho, embasado nos conhecimentos adquiridos durante esse período que participamos do curso de INCLUSÃO, e, como "profetas que podem prever o amanhã", possamos, não apenas, continuar pensando que a inclusão é uma utopia, e sim, nos empenhando em realizá-la.

Não podemos desanimar. Devemos ter esperança e acreditar que podemos colaborar para a construção de um mundo melhor, onde a escola possa ajudar na formação de pessoas que sejam capazes de transformar a realidade. Desejamos alunos com habilidades de manejar e produzir conhecimentos, que aprendam a aprender e saibam pensar.

Sonhamos com alunos e professores que exercitem sua cidadania, que sejam esperançosos, cultivem valores, auto-estima e senso crítico.

Almejamos trilhar o caminho da descoberta e da coragem para transformarmos as nossas escolas, em verdadeiras;

"ESCOLAS INCLUSIVAS"

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICA

EDLER CARVALHO, Rosita. **Removendo barreiras para a Aprendizagem: educação inclusiva**. Porto Alegre: Mediação, 2000.

**Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei nº 8069 de 13/07/90.**

BRASIL. **Constituição da República do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

\_\_\_\_ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96**. Brasília: MEC, 1996.

SASSAKI, Romeu K **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos** Rio de Janeiro: WVA, 1997

UNESCO **Declaração de Salamanca**, 1994.

STAINBACK, Susan e William Stainback. **Inclusão: Um guia para educadores**; trad. Magda França Lopes. Porto Alegre, Artes Médicas Sul, 1999.

WERNECK, Claudia. **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

GUIJARRO, Rosa B. **Alunos com necessidades educativas especiales y adaptaciones curriculares**. Espanha: Ministério de Educación y Ciencia, 1992.

BARRETO, Vicente, Vanilda Paiva, Alba Zaiuar (organizadora) **Violência e Educação** São Paulo: Cortez, 1992.